

Lavras 7 Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	8

LAVRAS 7 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ 35.357.719/0001-69

Balço Patrimonial em

31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	NOTA EXPLICATIVA	2019		2020	NOTA EXPLICATIVA	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	30,50	5	144,67	Fornecedores	69,21	10	1,76
Contas a Receber de Empresas do Grupo	45,00	6		Contas a Pagar de Empresas do Grupo	5,64	11	
Impostos a Recuperar	6,76	7		Impostos a Recolher	18,08	12	6,68
Adiantamento a Fornecedor	44,83	8					
Despesas Antecipadas	0,63						
	127,72		144,67		92,93		8,44
Não Circulante				Não Circulante			
Projeto em Andamento	846,87	9	333,46				
	-		-				
	-		-				
	846,87		333,46	Patrimônio Líquido			
				Capital Social	899,49	13	0,10
				Futuro Aumento de Capital	-		476,05
				Prejuízos Acumulados	(17,83)		(6,47)
					881,66		469,69
Total do Ativo	974,60		478,13	Total do Passivo	974,60		478,13

LAVRAS 7 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.			
CNPJ/MF 35.357.719/0001-69			
Demonstração de Resultados para o Exercício findo em			
31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
	2020	NOTA EXPLICATIVA	2019
Receita Operacional Líquida	-		-
Custo dos Prod. Vendidos e Serv. Prestados	-		-
Lucro Bruto	-		-
(Despesas) e Outras Receitas Operacionais			
Despesas Operacionais	(11,11)	14	(4,12)
Receitas Financeiras	0,09	15	
Despesas Financeiras	(0,35)	15	(2,46)
Variação Cambial			
	(11,36)		(6,58)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(11,36)		(6,58)
Outras Receitas/Despesas Operacionais			
Receitas	-		0,10
Despesas	-		-
	-		0,10
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(11,36)		(6,48)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-		-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(11,36)		(6,48)

LAVRAS 7 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ/MF 35.357.719/0001-69

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social		Adiant. p/	Reservas de Lucro					Total		
	Integralizado	a Integralizar	Fut. Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Legal	Estatutária	a Realizar		Retenção	Acumulados
Saldos em 1° de Janeiro de 2019	0,10	-	476,05	-	-	-	-	-	-	(6,47)	469,69
Ajustes de anos anteriores :											
Efeitos da mudança de critérios contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retificação de erros de exerc. anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	899,39	-	(476,05)	-	-	-	-	-	-	-	423,33
Reavaliação Expontânea	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IR /CSLL Diferidos s/ reavaliação expontânea	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste do preço de transferência - MP 66										-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício										(11,36)	(11,36)
Destinações :											
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros s/ o Capital Próprio - Lei n° 9.249/95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	899,49	-	-	-	-	-	-	-	-	(17,83)	881,66

LAVRAS 7 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

Faz Lavras S/N Entrocamento BR-222 Com CE-422 Gleba 7 – Sítios Novos – Caucaia – CE – CEP 61695-000.

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

Data do encerramento: 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro de 2019

Data do encerramento: 31/12/2019

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

a) Atividades Operacionais			a) Atividades Operacionais		
Prejuízo		-11,36	Lucro Líquido		-6,47
(+) Despesas econômicas		0,00	(+) Despesas econômicas		0,00
Depreciação		0,00	Depreciação		0,00
Amortização		0,00	Amortização		0,00
		-11,36			-6,47
Ajuste por mudança de capital de giro			Ajuste por mudança de capital de giro		
<u>Ativo circulante</u>			<u>Ativo circulante</u>		
Contribuições a Receber	0,00		Contribuições a Receber	0,00	
Adiantamento Funcionarios	0,00		Adiantamento Funcionarios	0,00	
Contas a Receber de Empresas do Grupo	-45,00		Contas a Receber de Empresas do Grupo	0,00	
Adiantamento a Terceiros	-45,47		Adiantamento a Terceiros	0,00	
Impostos a Recuperar	-6,76		Impostos a Recuperar	0,00	
	-97,23			0,00	
<u>Passivo circulante</u>			<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores	67,45		Fornecedores	1,76	
Adiantamento Clientes	0,00		Adiantamento Clientes	0,00	
Contas a Pagar de Empresas do Grupo	5,64		Contas a Pagar de Empresas do Grupo	0,00	
Obrigações Sociais	0,00		Obrigações Sociais	0,00	
Obrigações Tributárias	11,41		Obrigações Tributárias	6,68	
Provisões	0,00		Provisões	0,00	
	84,49			8,44	
		-12,73			8,44
Fluxo de caixa das atividades operacionais		-24,09	Fluxo de caixa das atividades operacionais		1,97
b) Atividades de Investimento			b) Atividades de Investimento		
Projetos em Andamento	-513,42		Varição no imobilizado	-333,46	
Intangível	0,00		Intangível	0,00	
Fluxo de caixa das atividades Investimentos		-513,42	Fluxo de caixa das atividades Investimentos		-333,46
c) Atividades de financiamento			c) Atividades de financiamento		
(+) Afac	0,00		(+) Novos financiamentos	476,05	
(+) Integralização de Capital Social	423,33		(+) Aumento de capital em dinheiro	0,10	
(-) Dividendos			(-) Dividendos		
(-) Ajustes Exercícios	0,00		(-) Ajustes Exercícios	0,00	
(+) Conta Corrente Socios	0,00		(+) Conta Corrente Socios	0,00	
Fluxo de caixa das atividades Financiamentos		423,33	Fluxo de caixa das atividades Financiamentos		476,15
(=) Aumento do caixa no ano		-114,17	(=) Aumento do caixa no ano		144,67
Saldo inicial do caixa		144,67	Saldo inicial do caixa		0,00
Saldo final do caixa		30,50	Saldo final do caixa		144,67

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Lavras 7 Energias Renováveis S.A., “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de agosto de 2019, estabelecida na Fazenda Lavras, entrocamento da BR-222 com a CE 422 – no município de Caucaia, no estado do Ceará. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

Companhia faz parte do Complexo Fotovoltaicos Lavras, constituído de 3 parques Fotovoltaicos com capacidade instalada pico total de 22 MW¹ cada companhia, localizados no município Caucaia, no Estado do Ceará. Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

Não auditado¹

1.1 Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia solar:

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Fotovoltaico				
Lavras 7	RN. 754	13/12/2016	30 anos	22

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW)	Preço contratado (MW/h)	Índice de reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Lavras 7	LEN 04/2017	3,97	R\$ 123,98	IPCA	14 anos	Dezembro

Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de iniciar e concluir a construção do parque fotovoltaico e iniciar as operações. Considerando que os investimentos necessários serão suportados por aportes dos acionistas controladores, a Companhia concluiu que nesse momento não há risco significativo

em relação a sua capacidade de iniciar e finalizar a construção e por consequência iniciar as operações na data prevista.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP)

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não há estimativas e premissas que apresentem risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

a. Projeto em Andamento

Os valores empenhados na construção do parque fotovoltaico são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os gastos iniciais do projeto como obtenção de licenças, pesquisas, taxas de bancos para constituição de empréstimos e outros. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela

Companhia como definida. Ativos com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo vida útil definida são revistos anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

b. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação

financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

d. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo

deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.⁴³ O Grupo aplicou a Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) às combinações de negócios cujas datas de aquisição ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para avaliar se havia adquirido um negócio ou um grupo de ativos. Os detalhes das políticas contábeis estão apresentados na nota explicativa 10(a)(i). Consulte também a nota explicativa 3 para detalhes da aquisição de subsidiária do Grupo durante o ano. O Grupo aplicou as alterações da reforma da taxa de juros de referência retrospectivamente às relações de hedging que existiam em 1º de janeiro de 2020 ou foram designadas posteriormente e que são diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros de referência. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Description	2020	2019
BANCO BRADESCO	0,13	-
BANCO ITAU	30,62	144,57
BANCO DO BRASIL	0,10	0,01
Total	30,50	144,58

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa. Sua rentabilidade é variável e está vinculada a movimentação da conta.

6 Partes relacionadas

A companhia mantém saldos a receber com empresas do mesmo grupo econômico, usualmente eliminados mensalmente.

Supplier	Detail	INVOICE	Date	Value
2.1.0.90.10012	MUTUO- LAVRAS 6		17-Dec-20	45.000,00

7 Impostos a recuperar

Detail	INVOICE	Date	Value
IRRF 1708 - Duplicidade	NF 25 e 1660	31.01.2020	1.628,37
PCC 5952 - Duplicidade	NF 25 e 1660	31.01.2020	5.015,09
Irrf s/ Aplicação Financeira		31-Dec-20	118,14
TOTAL			6.761,60

8 Adiantamento à fornecedores

Sob esta rubrica são registrados operações onde a companhia estuda o tratamento contábil que melhor reflete a essência das operações e antecipações à fornecedores.

9 Projetos em Andamento

Sob esta rubrica são registrados serviços e materiais relacionados à construção do parque fotovoltaico.

Categoria	2020	2019
Construction Management	R\$ 237,12	
Financial Expenses	R\$ 36,89	
Legal / DD Costs	R\$ 14,75	R\$ 2,41
Other	R\$ 558,11	R\$ 331,04
Total Geral	R\$ 846,87	R\$ 333,46

10 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de Serviços	69,21	1,76

11 Contas a Pagar de Empresas do Grupo

A companhia possui saldos à pagar com empresas do mesmo grupo econômico, usualmente liquidados no mês subsequente.

Detail	INVOICE	Date	Value
MUTUO- LAVRAS 6		17-Dec-20	45.000,00
MUTUO- JAÍBA O		1-Dec-20	4.649,11
MUTUO- JAÍBA O		1-Dec-20	992,50
TOTAL			50.641,61

12 Obrigações Tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRRF Retido	3,18	1,63
ISS retido	2,84	
Pis/Cofins/CSLL	9,86	5,05
INSS retido	2,19	
TOTAL	<u>18,08</u>	<u>6,68</u>

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 899,49 (R\$ 476,15 em 31 de dezembro de 2019), representado por 899.489 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Canadian Solar Inc., detentora de 100% das ações. Durante o exercício de 2020 foram realizadas as integralizações de capital que totalizam o montante de R\$ 423,33.

14 Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de Terceiros - PJ		(0,81)
Serviços Advocatícios	(1,80)	
Serviços de Contabilidade	(7,08)	(1,00)
Viagens e Estádias	(1,26)	(2,31)
Outros	(0,97)	
Total de despesas gerais e administrativas	<u><u>11,11</u></u>	<u><u>4,12</u></u>

15 Receitas e Despesas Financeiras

	2020	2019
Rendimento de Aplicações Financeiras	0,10	
Outros, Juros, Tarifas e Impostos	(0,35)	(2,46)
Resultado Financeiro	(0,25)	(2,46)

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2020	
		Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	30,50		Nível 2
Passivos financeiros		Custo amortizado	Nível
Fornecedores	69,21	-	Nível 2
		2019	
		Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	144,98		Nível 2
Passivos financeiros		Custo amortizado	Nível
Fornecedores	1,76		Nível 2

Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variações de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. A Companhia entende que os valores reconhecidos e o valor justo não apresentam diferenças devido a:

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras estão valorizadas pelos valores dos certificados de depósitos interbancários na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- b) **Fornecedores** - A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir os seus vencimentos no curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil.

Riscos de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Riscos operacionais

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas: devido a Companhia estar em fase de construção poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, tais como atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda, a Companhia depende de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados da Companhia.

Riscos Regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos do setor (MME, ONS, FNDC etc). A companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	30,50	144,67

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia..

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2020	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	69,21	69,21	-	-	-

17 Contingências

A companhia não possui em 31 de dezembro de 2019 e 2018 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

18 Eventos Subsequentes

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e abaixo estão descritos os principais riscos oriundos da pandemia:

- Atraso no início e por consequência na conclusão da construção do parque fotovoltaico;
- Risco de atraso no início das atividades comerciais.

De modo a endereçar esses possíveis riscos, a Companhia vem acompanhando e/ou adotando as seguintes medidas:

- a. No Estado de Minas Gerais, há vários atos, que impõe medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.
- b. A Companhia mantém contato com os órgãos oficiais para acompanhar a situação. Finalmente, a companhia notificou força maior a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), sobre os impactos da COVID-19 no andamento das obras, para caso seja necessário no futuro, estender a duração de prazo dos contratos de venda de energia elétrica.